

O acolhimento que exclui: análise dos discursos sobre o (não-quase) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior¹

Cleide Emília Faye Pedrosa*

Para contextualizar

Situamos este capítulo a partir de nossa inquietação como investigadora que articula a Análise Crítica do Discurso (ACD) e os Estudos Surdos (ES). Essa é uma articulação muito produtiva, considerando a trajetória de compromisso dos analistas críticos em relação aos grupos que são prejudicados socialmente em relação a algum aspecto de sua vida.

Assim, ao assistir à transmissão de acolhimento da Universidade Federal de Sergipe (UFS), que ocorreu no dia 29 de março de 2021, marcando o início do semestre letivo 2020.2, identificamos imediatamente a falta de intérprete de Libras. Tal ausência marcou a denegação de alguns alunos dessa instituição, inclusive podemos afirmar que marcou a denegação de um de seus departamentos, o de Letras Libras.

Ao contextualizar esse fato, estabelecemos como objetivo “refletir sobre o (NÃO-QUASE) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior”. Para tal, analisaremos discursos, veiculados no chat da transmissão, que denunciam a exclusão que, ironicamente, aconteceu no acolhimento.

A configuração do texto assumirá o seguinte perfil: esta introdução, que visou contextualizar o lugar do estudo; o diálogo entre as bases teóricas que sustentam as análises; algumas orientações dos caminhos metodológicos; a abordagem analítica dos discursos de denúncia sobre o ocorrido e, por fim, uma reflexão (in)conclusiva.

¹ Este capítulo é uma versão do trabalho sob o título “Acolhimento excludente: análise crítica dos discursos sobre o (não-quase) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior”, apresentado no XIV Congresso Internacional de Análisis del Discurso (ALED-2021), de 25 a 29 de outubro de 2021.

* Doutora em Letras (UFPE) com Pós-doutorado (UERJ). Investigadora visitante na Universidade de Lisboa (2019-2020). Trabalha na Universidade Federal de Sergipe, departamento de Letras Libras e Programa de Pós-graduação em Letras. Pesquisa com a base teórica da Análise Crítica do Discurso.
E-mail: cleideemiliafayepedrosa@gmail.com

Diálogos teóricos: parceria entre Análise Crítica do Discurso e Estudos Surdos

Difícilmente trabalhamos, na atualidade, com investigações que se sustentam a partir de apenas um lugar teórico. O mundo da pesquisa é multidisciplinar, é transdisciplinar. Precisamos estender nosso olhar sobre o objeto de pesquisa a partir de vários olhares a fim de aprofundarmos as análises e refletirmos sobre a sociedade em que estamos inseridos. É assim que buscamos diálogo entre a Análise Crítica do Discurso e os Estudos Surdos.

Análise Crítica do Discurso e sua contribuição sociopolítica

A Análise Crítica do Discurso, mais recentemente, preferencialmente, Estudos Críticos do Discurso (VAN DIJK, 2008), tem posicionamento político de engajamento com a causa dos que são prejudicados socialmente em suas demandas de cidadãos (MELO, 2018).

A ACD situa-se na Ciência Social Crítica e em pesquisas críticas sobre transformações e mudanças sociais. Ela se dedica a analisar a materialidade linguística, os eventos e as práticas sociais, “propondo uma teoria e um método para o estudo do discurso. Ela oferece uma contribuição significativa da Linguística para debater questões da vida social contemporânea” (MAGALHÃES; MARTINS; RESENDE, 2017, p. 27-28).

Nesse contexto, podemos evidenciar alguns de seus objetivos, a saber: “[...] contribuir para a apoderação social de grupos dominados” (VAN DIJK, 2008, p. 13); “[...] analisar relações estruturais opacas e transparentes de dominância, discriminação, poder e controle, como se manifesta na linguagem” (WODAK; MEYER, 2009, p. 20); “[...] refletir sobre a mudança social contemporânea e sobre possibilidades de práticas emancipatórias” (RESENDE, 2017, p. 37). E, a essa listagem, acrescentamos:

Uma abordagem crítica do discurso – e, em termos mais amplos, da vida social [...] deve valorizar nossa capacidade de agir e, principalmente, de refletir e de resistir, a fim de que possamos vislumbrar o objetivo fundamental: a denúncia de relações de poder e de dominação que oprimem e excluem para, assim, tentar viabilizar uma sociedade mais igualitária, justa e democrática (GONÇALVES-SEGUNDO, 2018, p. 79).

Essa escola investe em pesquisas que abordem temáticas acadêmicas e sociais que evidenciem as causas dos grupos minoritários. Como diz Jäger (2017, p. 107), “Análises de discurso tematizam, então, poder e distribuição de poder, mas também relações de dominação”. Segundo a autora, podemos, nesse contexto, pensar na relação entre discurso e poder, uma vez que este é imposto discursivamente, “[...] visto que discursos promovem e produzem poder, e o fortalecem” (JÄGER, 2017, p. 109). Assim, é mister que os analistas denunciem as violações contra direitos humanos e direitos linguísticos, no caso, os dos surdos em estudo.

Em discursos, trabalhamos com atores sociais que são representados discursiva e ideologicamente, com suas crenças e seus valores. No dizer de Bessa e Sato (2018, p. 149), “[...] a representação dos atores sociais é relevante para o processo analítico por permitir identificar papéis” e, também, por “[...] perceber em quais enquadres os(as) participantes estão posicionados nos textos” e, desse modo, ter condições de “[...] discutir os possíveis efeitos das formas de representação, inclusive as que incluem atores nos textos e as que, de maneira explícita ou sub-reptícia, os ‘excluem’”.

Exclusão é uma vivência constante na vida dos surdos e, mesmo em 2021, ainda se verifica essa prática – a qual iremos analisar.

Estudos Surdos: acolher identidades diversas

O reconhecimento da pluralidade de nossas identidades (HALL, 2005; SEN, 2015) e do outro deveria trazer implicações sociais positivas, contudo esse não é quase sempre o caso. Comprovaremos esse dizer neste estudo.

Quando a Língua de Sinais (Libras) foi reconhecida como língua natural do povo surdo, esse foi um aspecto relevante para o fortalecimento de sua(s) identidade(s) (ALVES *et al.*, 2015). Esse grupo começou, aqui no Brasil, sua trajetória em relação à sua educação formal a partir de 1857, quando D. Pedro II solicitou a vinda do professor surdo francês Ernest Huet a fim de estabelecer um instituto de educação para surdos, cabendo ressaltar que esse instituto era apenas para pessoas do sexo masculino. Surgiu, nessa época, a LSCB (Língua de Sinais dos Centros Urbanos), posteriormente é que, sob forte influência da Língua Francesa de Sinais, surgiu a Língua Brasileira de Sinais, reconhecida oficialmente em 2002. Contudo, reforçamos a força dessa luta com a citação abaixo:

As comunidades surdas brasileiras têm lutado há décadas para o reconhecimento da Libras, bem como para a garantia de direitos essenciais na

educação, na saúde, na cultura e nas demais áreas da vida social. A efetivação destes direitos está intimamente atrelada à aquisição e ao uso da língua, bem como às situações de ensino e aprendizagem, além de questões que envolvem a tradução e a interpretação para Libras (ALBRES; JUNG, 2021, p. 731).

O foco inicial para a educação dos surdos era na comunicação e não na transmissão de conhecimento. Isso dificultou o surgimento oficial de uma língua, sucedida em 2002, como dito; assim, os gestos e a busca para que os surdos oralizassem foram uma constante. Esse aspecto se sustentava no seguinte estereótipo: “Totalmente desvinculada da educação como direito de liberdade e igualdade, mantinha-se o estereótipo da incapacidade de aprender por não ouvir” (ALVES *et al.*, 2015, p. 32). Era a marca de uma educação excludente, de uma educação baseada na prática oralista que durou um bom período de sua história.

Resultante de avanços na área, o que marca o período atual é a luta por uma educação bilíngue em que sejam respeitados os aspectos socioculturais do povo surdo. Além de bilíngue, é necessário que sua educação seja bicultural e que sua cultura seja evidenciada. Somente através de sua cultura o surdo pode interagir e se integrar à cultura ouvinte (ALVES *et al.*, 2015). Reforçamos a necessidade de sempre nos atualizarmos, como, por exemplo, acompanhar as mais recentes conquistas advindas de agendas nacionais e internacionais – dias 19 e 20 de abril de 2021, por exemplo, tivemos a videoconferência “Estratégia Europeia sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência 2021-2030”².

A luta avançou do nível das escolas fundamentais para as universidades. Duas perguntas dos autores Alves *et al.* (2015, p. 39) nos inquietam diante da proposta deste trabalho: “como os surdos estão inseridos nesse ensino? Como as universidades estão se preparando para receber e viabilizar a permanência dos alunos surdos no ensino superior?”

Retomaremos essas perguntas quando analisarmos o corpus da investigação porque, infelizmente, o período atual ainda não marca o lugar que os surdos deveriam realmente ter no contexto acadêmico. Este estudo demonstrará esse fato.

² Disponível em: <<https://www.youtube.com/channel/UCi3LoEA2ctRXap4htx6uVsw>>. Acesso em: 2022.

Estudos Surdos: por que devemos falar sobre intérpretes e interpretação

Os apontamentos a seguir são realizados com base em Nascimento e Nogueira (2021). De acordo com os autores referendados, alguns trabalhos já se anunciam com pesquisas que apontam a função da interpretação de Libras-Português durante a pandemia da Covid-19, especialmente em instituições educacionais. Esse aspecto mudou a rotina das instituições, forçando-as a buscar alternativas que atendessem ao público específico de surdos.

Como exemplo de profissionais grandemente impactados com essa mudança tão abrupta, aparecem os intérpretes de Libras-Português, reconhecidos sob um papel fundamental para promover os direitos linguísticos das minorias surdas.

Historicamente, enquanto prática profissional, a interpretação de conferências tem início no despontar do século XX. O contexto desse despontar era a necessidade da tradução das Conferências da Paz, promovidas ao final da Primeira Guerra Mundial. Contudo, o grande impulso dessa atividade ocorre após a Segunda Guerra Mundial devido à criação da Liga das Nações e de outras organizações internacionais, tais como a Organização das Nações Unidas (ONU), a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), entre outras. Era urgente atender a essa demanda de ter reuniões com participantes de diversos países, levando-se em conta que a diversidade linguística fosse atendida. No contexto nacional, os intérpretes iniciam formalmente sua função no final da década de 1940. No entanto, esse contexto histórico retrata a relação entre as línguas de prestígio na modalidade oral.

Enveredando pelas políticas públicas linguísticas de inclusão, “[...] o avanço de pesquisas acadêmicas sobre a Libras do ponto de vista linguístico, educacional e tradutório impulsionou a atuação de intérpretes em conferências acadêmicas em instituições de pesquisa e de ensino superior”, destacam Nascimento e Nogueira (2021, p. 7010). Para os autores, outro fator que incentivou a atuação de intérpretes de Libras foi a contratação de servidores surdos por empresas tanto nacionais quanto multinacionais. Essa resposta social foi incitada pela Lei de Cotas no 8.213/91.

Atualizando os aspectos referidos para o contexto pandêmico, vivenciado por ouvintes e surdos a partir de 2020, os eventos online, elemento solucionador para manter o distanciamento social, surgem, também, como um desafio para a atuação dos intérpretes de Libras e para uma resposta efetiva das instituições, especialmente as educacionais. Assim, Nascimento e Nogueira (2021, p. 7023) pontuam que “[...] a

experiência de construção dessa modalidade interpretativa nasceu na emergência e urgência imposta pela realidade sanitária vivenciada em todo o mundo”.

Desse modo, assim como outros profissionais, os intérpretes de Libras-Português precisaram se reinventar a fim de atender ao forçado contexto pandêmico.

No cenário plurilíngue, pluricultural e plurisemiótico que se coloca com o contexto pandêmico, a interpretação que, há muito tempo, se enquadra no que é possível denominar de direitos linguísticos, conforme apregoa a Declaração Universal dos Direitos Linguísticos, ganha um novo contorno, uma nova forma de realização e de produção e é nessa direção emergente imposta pelo contexto sanitário que intérpretes e formadores de intérpretes precisarão compreender e olhar para a interpretação de uma nova perspectiva. O “novo normal”, nessa direção, já é uma realidade para intérpretes de Libras-português (NASCIMENTO; NOGUEIRA, 2021, p. 7024).

No entanto, ressaltamos que o intérprete não é responsável por responder a uma demanda social como a dos surdos. Essa é uma questão de política pública educacional.

Caminhos metodológicos

Segundo a analista Pardo (2015, p. 274), a metodologia qualitativa, amplamente utilizada pela ACD, coloca o pesquisador “como um observador do mundo”. Ela coloca em paridade o investigador qualitativo e interpretativista, explicando que ele deve analisar o objeto “tal como se apresenta no mundo”. Para a estudiosa, o investigador não só observa, mas interpreta, modifica e constrói a “realidade” que pesquisa a partir tanto do lugar em que se encontra em relação ao objeto quanto da tradição acadêmica que segue, suas crenças, suas ideologias e sua cultura própria.

A ACD, em seu escopo, busca analisar o texto, o evento discursivo e a prática social. Para a análise da tessitura textual, utiliza a Linguística/Gramática Sistemico-Funcional (LSF-GSF) por ser uma gramática baseada no uso (FUZER; CABRAL, 2014). Mediaremos as análises através das funções ideacionais e interpessoais da LSF. A primeira refere-se à visão de mundo que atravessa o texto/discurso; a segunda tem a ver com os papéis que os atores sociais assumem no discurso e sua relação de dialogicidade.

O *corpus* a ser analisado foi coletado no chat do YouTube do canal da UFS, em transmissão do dia 29 de março de 2021, às 19h. Essa foi considerada uma *live* de abertura do semestre letivo (2020.2) e de acolhimento aos alunos. Participaram o reitor

e os pró-reitores de graduação e de Assuntos Estudantis e o superintendente de Tecnologia da Informação.

Acolhimento que exclui: a análise

Como anunciado, este capítulo tem o objetivo geral de refletir sobre o (NÃO-QUASE) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior. Agregado a esse, especificamente, temos o objetivo de analisar, linguística e socialmente, os discursos de reivindicação da comunidade surda diante da falta de intérprete durante a transmissão de acolhimento de uma instituição federal com alunos surdos matriculados.

As produções textuais trazidas para análise são os discursos do chat do canal, no YouTube, da UFS. Essas produções serão consideradas como fluxos de significações, de intenções e de relações interpessoais que se constituíram em contextos sócio-históricos de produção, contextos situados numa transmissão de acolhimento aos alunos para o semestre 2020.2, que aconteceu em 29 de março de 2021³.

A transmissão iniciou-se com problemas no áudio, e muitos estavam se queixando no chat, perguntando pelo áudio. A marcação desse problema técnico tem um propósito, pois aponta para a preocupação de regularizar a transmissão para que esta fosse acessível aos ouvintes, tendo em vista que, de outro modo, se perderia o objetivo do acolhimento. E também serve ao propósito de nossa confrontação discursiva.

A seguir, elencaremos alguns discursos reivindicatórios de alguns assistentes pela falta de intérprete na transmissão, considerando que a instituição em pauta tem alunos surdos matriculados, e mais, tem um departamento de Letras Libras. Uma média de 450 assistentes estavam acompanhando a *live*, e mapeamos 14 que se manifestaram com algumas falas sobre a situação descrita, dentre eles uma professora do Departamento de Letras Libras, seu gestor, intérprete e alguns alunos (não do Departamento de Letras Libras, pelo que identificamos). Suas falas serão marcadas por C de chat; a numeração, pela ordem da coleta e das postagens; por sua vez, o travessão indica falas em momentos diferentes.

Exemplos 01:

C1 – A 1ª dúvida: pq não há intérprete de Libras???????

³ Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=tdzSu5cSjPU>>. A transmissão com acessibilidade só ocorreu no dia 13 de abril de 2021.

- Que exclusão, sem intérprete de Libras.

C2 - VOCÊS REALMENTE CONHECEM OS ALUNOS? TEM SURDOS ELES NÃO PODEM PARTICIPAR? CADÊ O INTÉRPRETE DE LIBRAS?

NA PRÓXIMA LIVE AVISEM QUE SERÁ SÓ PARA OS OUVINTES, JÁ QUE NÃO TERÁ INTÉRPRETE.

O DEPARTAMENTO DO DELI NÃO FAZ PARTE DA UFS?

C12 - O Departamento de Letras Libras [DELI] precisará se pronunciar com carta de repúdio por essa falta de respeito aos acadêmicos surdos.

- É uma falha grave para uma instituição pública federal, a falta de interprete de liras.

- Minha nossa!!! Lembrem-se q na UFS temos alunos surdos matriculados.

Temos, nesses exemplos, três atores sociais que se pronunciam e denunciam essa falta grave da instituição. Como defende Resende (2017), nossas ações no mundo, mesmo as ações discursivas, estão sempre ligadas às ações de outros atores que nos precedem. O que precedeu esses três atores foi a prática social de exclusão por parte de uma instituição federal: “- Que exclusão, sem intérprete de Libras” (C1). As metafunções ideacional - visão de mundo - e interpessoal - interação entre os participantes da transmissão - marcam a visão de mundo dos atores sociais no chat e sua interação. De um lado, atores que planejaram a *live* sem considerar todos os alunos; do outro, atores que identificaram o caráter excludente e reivindicam a inclusão.

Se uma instituição federal⁴ não preza por incluir seus alunos surdos, o que esperar de outras instituições privadas? Se pensarmos na proposta da ACD de denunciar situações como essa, uma pesquisa, um artigo, uma apresentação em evento científico sobre esse ocorrido respondem à responsabilidade que deve mover o analista crítico. Este busca sempre a relação entre o uso da linguagem e as atividades sociais. Vejamos:

Podemos compreender a ADC⁵ como o estudo da linguagem em uso. O uso da linguagem é entendido como as ações que produzimos com os textos no interior das atividades sociais. Desse modo, textos orais e escritos participam das ações, intermediando e organizando as práticas humanas. A ADC vai se ocupar de

⁴ Destacamos que a instituição tem um setor exclusivo para atender aos alunos com necessidades especiais (DAIN - Divisão de Ações Inclusivas) e uma equipe de 24 tradutores e intérpretes de Libras entre concursados e contratados. A UFS é uma das instituições que tem um representativo número de intérpretes. Com essa informação, reforçamos a falta de planejamento para a ação de acolhimento. Disponível em: <http://proest.ufs.br/pagina/20079-divisao-de-aco-es-inclusivas-dain>. Acesso em: 22 abr. 2021.

⁵ Alguns centros de pesquisa usam ADC (Análise de Discurso Crítica), sendo a mesma proposta da ACD (Análise Crítica do Discurso).

investigar a linguagem em uso, situando-a em um contexto específico, bem como dos resultados dessas ações e dos discursos que sustentam e moldam as práticas. Há, portanto, um olhar para o texto e outro para a realidade social, de forma que a investigação da ação por meio de textos orais e escritos em contextos específicos construa a coerência do significado (BATISTA JR.; SATO; MELO, 2018, p. 8-9).

É esse aspecto da relação entre o texto e a realidade social do qual a citação fala que procuramos estabelecer nesta investigação.

Exemplos 02:

C3 – Essa gestão já começa mostrando que não se importa com a inclusão. Cadê os intérpretes de LIBRAS?

C7 – verdade, precisamos incluir todxs!!

- Libras é um departamento muito ativo, inclusão já

- Porque não colocaram interprete de Libras ??

A situação exposta na fala de C3 denuncia a falta de inclusão na proposta do novo reitor da instituição. C7 reconhece a necessidade de inclusão ao destacar o compromisso do Departamento de Letras Libras. Desse modo, através da metafunção ideacional, essas duas informações recebem evidência. Há uma apreciação positiva do Departamento de Letras Libras e uma negativa da gestão. Com esse posicionamento da gestão, consolida-se e se repete o estereótipo quanto à capacidade do surdo de aprender (ALVES *et al.*, 2015).

Vilhena e Novaes (2018), com base nos trabalhos de Augé, colocam o “lugar” como o campo da construção da vida social. Esses “lugares” são essenciais porque são relacionais, históricos e, por isso, identitários. A partir dos lugares, o sujeito se constitui, tem voz, é ouvido. Logo, o não lugar indica o lugar em que não somos respeitados, onde estamos à margem. No não lugar, não há relações, nem história, nem identidade.

Reflexão (in)conclusiva

Como reflexão (in)conclusiva, podemos evidenciar que é a partir dos lugares em atividades sociais que o sujeito se constitui, tem voz/mãos, é ouvido (ou visto). Desse modo, o não lugar indica o lugar em que não somos respeitados. No não lugar, não há relações, nem história, nem identidade. Augé (2015, p. 73) afirma que a partir do entendimento de que um lugar se define como identitário, como relacional e como

histórico, então um espaço ou lugar “[...] que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar”.

Chamo atenção para a construção do título do artigo: “O (não-quase) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior”, na medida em que ele representa um espaço de conquistas parciais e, ao mesmo tempo, sua denegação. Esse aspecto representa bem o que ocorre com os surdos. Eles estão matriculados no Ensino Superior, há um departamento para os que querem seguir sua formação na área de Letras, contudo, no dia do acolhimento para o início do semestre letivo, foram excluídos.

Então, pensar o acolhimento universitário pela cultura do ouvinte é denegar que existam alunos com outras culturas e outras línguas, no caso em estudo, com a cultura surda, que busca sua identificação pelo uso da Língua de Sinais – a Libras. Assim, este estudo denuncia essa situação ocorrida em ambiente de Ensino Superior federal, como convém às pesquisas que trabalham com os Estudos Críticos do Discurso.

Vejo ainda como contundentes para esta reflexão as fortes palavras do pesquisador Skliar:

O que a pandemia poderia ter ressignificado é nossa fragilidade humana, a tênue separação entre vida e morte, saúde e doença, o efêmero e o transcendente. Poderíamos ter aprendido questões tão essenciais como o papel do Estado, da ciência, das escolas, da política, da solidariedade e do egoísmo, da generosidade ou mesquinhez, do comunitarismo ou do individualismo, do que se interrompe, dos nossos limites, da contingência, de um mundo voraz que transforma tudo em mercadoria e de um mundo de cuidado e companhia (SKLIAR, 2021, s/p).

Referências

ALBRES, N. de A.; JUNG, A. P. Surdos e a educação bilíngue em tempos de pandemia: o enunciATO de professores em análise. **Fórum lingüístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 7029-7043, out./dez. 2021.

ALVES, F.; SOUZA, J.; LIMA, M. E.; CASTANHO, M. Educação de surdos em nível superior: desafios vivenciados nos espaços acadêmicos. In: ALMEIDA, W. G. (Org.). **Educação de Surdos: formação, estratégias e práticas docentes**. Ilhéus, BA: Editora da UESC, 2015. p. 29- 50. [Kindle].

AUGÉ, M. **Não lugares**: introdução a uma antropologia da supermordenidade. 9. ed., 4. impr. Campinas: Papirus, 2015.

BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. (Org.). Introdução. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de. **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2018. p. 8-17.

Práticas pedagógicas e docentes na contemporaneidade: um (re)pensar dos processos de ensinar e aprender numa perspectiva emancipatória

O acolhimento que exclui: análise dos discursos sobre o (não-quase) lugar dos alunos surdos no Ensino Superior
DOI: 10.23899/9786589284260.4

FUZER, C.; CABRAL, S. R. S. **Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa**. Campinas: Mercado de Letras, 2014. 228p.

GONÇALVES-SEGUNDO, P. R. Discurso e prática social. In: BATISTA JR. J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 78-103.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

JÄGER, M. Quão crítica é a análise de discurso crítica? In: RESENDE, V. de M.; REGIS, J. F. da S. (Org.). **Outras perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: Pontes Editores, 2017.

MAGALHÃES, I.; MARTINS, A. R.; RESENDE, V. de M. **Análise de discurso crítica: um método de pesquisa qualitativa**. Brasília: Editora UnB, 2017.

MELO, I. F. de. História da análise de discurso crítica. In: BATISTA JR., J. R. L.; SATO, D. T. B.; MELO, I. F. de (Org.). **Análise de discurso crítica para linguistas e não linguistas**. São Paulo: Parábola, 2018. p. 20-35.

NASCIMENTO, V.; NOGUEIRA, T. C. Interpretação simultânea remota em conferências durante a pandemia de Covid-19: dimensões de uma prática emergente. **Fórum lingüístico**, Florianópolis, v. 18, n. 4, p. 7006-7028, out./dez. 2021.

PARDO, M. L. Metodología de la investigación em lingüística: reflexiones y propuesta. **Revista da ABRALIN**, v. 14, n. 2, jul./dez. 2015, p. 271-288. Disponível em:
<<https://revista.abralin.org/index.php/abralin/article/view/1267>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

RESENDE, V. de M. Análise de discurso crítica: reflexões teóricas e epistemológicas quase excessivas de uma analista obstinada. In: RESENDE, V. de M.; REGIS, J. F. da S. (Org.). **Outras Perspectivas em análise de discurso crítica**. Campinas: pontes Editores, 2017.

SEN, A. **Identidade e violência: a ilusão do destino**. São Paulo: Publicado por Itaú Cultural e Editora Iluminuras LTDA, 2015. (Kindle).

SKLIAR, C. Deudas y desafíos de la educación en tiempos del coronavirus. [Entrevista]. **Agencia CRyS**, 3 mar. 2021. Disponível em:
<http://www.ctys.com.ar/index.php?idPage=20&idArticulo=3798&fbclid=IwAR03K2moYChjv4CgVebvMTad0Ut5WIZvPvlBHxzDlclazA_U-pnjcQH7SEk>. Acesso em: 18 fev. 2022.

VAN DIJK, T. A. **Discurso e poder**. HOFFNAGEL, J.; FALCONE, K. (Org.). São Paulo: Contexto, 2008.

VILHENA, J.; NOVAES, J. Lugar e não-lugar no mundo virtual. Notas sobre criatividade e territórios de existência na rede. **Tempo psicanal.**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, jul./dez. 2018.